

3 UM GUIA DE FONTES E ACERVOS

Pretende-se apresentar, como produto técnico da pesquisa, um guia de fontes e acervos para uma história das duas primeiras escolas de São Sebastião, a Escola Classe Cerâmica da Benção e o Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo. A sistematização de um *corpus* documental relativo à história dessas escolas constitui-se em uma contribuição inicial à preservação do patrimônio histórico educativo dessas instituições. Propõe-se, inicialmente, tecer algumas considerações teórico-metodológicas sobre um guia de fontes e acervos, justificando-se a escolha do formato a ser adotado, o que será discutido na primeira parte. Na primeira seção dessa primeira parte, pretende-se caracterizar alguns aspectos dos documentos de arquivos históricos, classificados na terceira idade do seu ciclo vital, momento em que podem se constituir em fontes para a história da educação. A descrição desses arquivos se dá através de instrumentos de pesquisa, permitindo ao pesquisador o acesso ao material arquivado. Na segunda seção da primeira parte, se analisa os tipos de instrumentos de pesquisa, na perspectiva da arquivologia, definindo-se o guia como o melhor instrumento para apresentar os resultados da pesquisa realizada. Na terceira seção da primeira parte, a partir da apresentação de alguns modelos de guias de arquivos, elabora-se um formato de um guia mais apropriado para contemplar o resultado da pesquisa. Por fim, na segunda parte do capítulo, apresenta-se o produto técnico da pesquisa, um guia de fontes e acervos para uma história das primeiras escolas de São Sebastião.

3.1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE A ELABORAÇÃO DE UM GUIA DE FONTES E ACERVOS

3.1.1 A descrição de arquivos e os instrumentos de pesquisa

Bellotto (2006), ao analisar o ciclo vital dos documentos administrativos, afirma que aos se ultrapassar o uso primário dos documentos de arquivo, inicia-se os seus usos científico, social e cultural. O valor secundário ou valor de arquivo, ou ainda valor permanente, do documento pode ser percebido “desde o elemento informativo para a análise crítica da administração até os aspectos sociais e políticos generalizados que, no mesmo documento, o

historiador puder detectar" (BELLOTTO, 2006, p. 23) Esse valor secundário, para a autora, apresenta-se como uma potencialidade informacional "infinitamente mais ampla do que a estrita razão funcional que motivou a geração do documento, e sem o comprometimento jurídico que o valor primário necessariamente carrega" (BELLOTTO, 2006, p. 187-188)

Nesse sentido, Bonato (2005), atribui aos arquivos escolares um valor de prova de direito de pessoas ou da administração, um valor informativo para a administração pública, como por exemplo, a oferta de vagas e as taxas de repetência ou evasão escolar etc., e um valor histórico cultural, tornando seus documentos fontes para a história da educação. A autora (2005) refere-se a uma pesquisa realizada por Ribeiro²³ sobre arquivos escolares na cidade do Rio de Janeiro, na qual se constatou não haver nas instituições educativas um sistema de arquivos baseado na teoria das três idades. Isso porque o arquivo permanente, de acordo com essa teoria, deve ser constituído por conjuntos de documentos de terceira idade, acumulados organicamente de modo que retrate as atividades da escola, após um processo de classificação e avaliação arquivística. Para Bonato (2005), o que os historiadores costumam designar de arquivo histórico não constitui concretamente em um arquivo permanente. Isso porque esses documentos de arquivo não recebem um tratamento arquivístico adequado, considerando sua organização, classificação e transferência para a terceira idade,

Para Lopez (2002), a descrição documental deveria ser realizada durante a classificação arquivística, mas como isso costuma não ocorrer, essa descrição acaba sendo uma atividade à parte e posterior à organização do arquivo. Necessário se faz, para o autor, as referências mínimas da classificação para não se esvaziar os significados dos documentos. Ressaltando-se que os arquivos históricos escolares das duas primeiras escolas de São Sebastião não foram constituídos de acordo com os parâmetros teóricos e técnicos da arquivística, a referência a essa teoria não deixa de ser fundamental para a elaboração do guia de fontes e acervos que ora se propõe, buscando-se resguardar alguns princípios que regem a organização dos arquivos, destacando-se o contexto de produção dos documentos.

Para Bellotto (2006), as atividades de um arquivo permanente se situam dentro das coordenadas do arranjo e da descrição de fundos. As tarefas da descrição de fundos levam à elaboração dos chamados instrumentos de pesquisa, através do qual o pesquisador tem acesso ao material arquivado, utilizando-o como fonte primária da história. Essa descrição de documentos de arquivos permanentes é similar à catalogação de um centro de documentação, biblioteca ou museu, meio pelo qual o usuário chega a uma publicação ou a um objeto.

²³ RIBEIRO, M. V. T. Os arquivos das escolas. In: NUNES, C. (org.). **Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira**. Rio de Janeiro: INEP, 1992. p. 47-64.

O trabalho de Bellotto (2006) é voltado para os arquivistas especializados que trabalham em arquivos de custódia, referindo-se aos fundos de um só arquivo. No caso dessa pesquisa, propõe-se a uma descrição de alguns acervos escolares e não escolares, selecionando-se documentos relativos ao problema da pesquisa, qual seja, a reconstituição de uma história das primeiras duas escolas de São Sebastião. Portanto, reflete-se sobre as potencialidades de um instrumento de pesquisa, como via de acesso aos documentos custodiados por arquivos permanentes (BELLOTTO, 2006), permitindo o conhecimento prévio das fontes pelos historiadores.

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 108), o instrumento de pesquisa é o “meio que permite a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidos. Expressão normalmente empregada em arquivos permanentes”. Como já foi assinalado por Nunes e Carvalho (1993), a identificação de acervos e o mapeamento de fontes são imprescindíveis para uma compreensão crítica da educação, constituindo-se mais que instrumentos de referência prática, por atender a diferentes interesses de sujeitos com diferentes objetos/objetivos de pesquisa.

Para Bellotto (2006), os instrumentos de pesquisa são meios auxiliares que ajudam o pesquisador a localizar os materiais necessários. A elaboração desse instrumento, para a autora, consiste na descrição e na disseminação da informação, que possibilita a identificação, rastreamento, a localização e a utilização dos dados. Para Lopez (2002), os instrumentos de pesquisa são ferramentas que descrevem um arquivo, ou parte dele, e que orientam a consulta, determinando quais são e onde estão os documentos. Garante-se assim a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, permitindo-se a localização dos documentos que o integram. Além disso, para esse autor, esses instrumentos de pesquisa almejam uma grande difusão.

3.1.2 A escolha por um Guia de fontes e acervos

Para Bellotto (2006, p. 188), os instrumentos de pesquisa são “obras de referência que identificam, resumem e localizam, em diferentes graus e amplitudes, os fundos, as séries documentais e/ou as unidades documentais existentes em um arquivo permanente”. Para a autora (2006), enquanto os guias são instrumentos de pesquisa genéricos e globalizantes, os inventários, catálogos, catálogos seletivos e índices tratam de parcelas do acervo, de forma

detalhada e específica. Os instrumentos de pesquisa constituem uma espécie de família hierárquica, na qual o guia ocupa o vértice.

O guia, para Bellotto (2006), é o instrumento de pesquisa mais abrangente e pretende alcançar o grande público, não especificamente os consulentes típicos de um arquivo.

O guia de arquivo tem por finalidade propiciar uma visão de conjunto dos serviços de arquivo, de modo a permitir ao pesquisador saber quais são os seus recursos, a natureza e o interesse dos fundos que ele abriga, os instrumentos de pesquisa de que dispõe e as fontes complementares. É um instrumento de pesquisa descritivo e feito com espírito prático. (BELLOTTO, 2006, p. 200)

De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 102), o guia é o “instrumento de pesquisa que oferece informações gerais sobre fundos e coleções existentes em um ou mais arquivos”.

Lopez (2002) afirma que os diferentes tipos de instrumentos de pesquisa se definem em função da menor ou maior profundidade desejada na descrição dos níveis de classificação arquivística.

O autor apresenta a seguinte tabela:

NÍVEL	BASE DA DESCRIÇÃO	INSTRUMENTOS
Instituição	conjuntos documentais amplos	Guia
Fundos, grupos, coleções	Séries	Inventário
Séries	unidades documentais	Catálogo
Unidades documentais selecionadas pertencentes a uma ou mais origens	assunto; recorte temático	catálogo seletivo; índice

FIGURA 20 - Tabela resumo da relação entre cada tipo de instrumentos de pesquisa e o nível da descrição.
Fonte: Lopez, 2020, p. 22.

Para Lopez (2002), o guia apresenta o perfil de cada tipo documental armazenado pela instituição, podendo o consulente localizar rapidamente os documentos do seu interesse. Descartou-se a possibilidade de um catálogo seletivo (terminologia atual para o repertório), o que implicaria a descrição exaustiva ou parcial de um fundo ou de uma ou mais de suas subdivisões, tomando por unidade documentos previamente selecionados. Para Lopez (2002, p. 35), “só é possível elaborar catálogos de séries que já estejam organizadas e, preferencialmente, inventariadas”. Como o próprio arquivo escolar ainda não possui seu

acervo inventariado (conjunto de documentos já classificados), se decidiu pela elaboração de um guia de fontes e acervos. Para Lopez (2002), os esforços para a realização de catálogos e fontes só deveriam ser mobilizados quando o guia e os inventários estivessem plenamente finalizados.

Para Lopez (2002, p. 37), “mesmo em instituição cujo acervo ainda não esteja completamente organizado, o mapeamento geral feito por um guia é fundamental para que se possa conhecer melhor a situação dos documentos e, assim, elaborar estratégias de organização.” Esse é o caso dos acervos escolares e não escolares localizados por essa pesquisa. Os documentos dos acervos escolares pesquisados são guardados em depósitos, muitas das vezes sem um tratamento arquivístico adequado. Os responsáveis pela guarda dessa documentação e os gestores escolares valorizam mais o valor de prova de direito das pessoas ou da instituição do que o seu valor histórico cultural. No caso do Fundo FEDF, localizado no Arquivo Público do Distrito Federal, o recolhimento da massa documental respondeu a uma necessidade de sua preservação e conservação, não tendo havido um processo de classificação e avaliação arquivística anterior à constituição do fundo.

Optou-se pela elaboração de um guia porque ele se refere a conjuntos documentais amplos, oferecendo informações gerais sobre fundos e coleções em diversos arquivos e acervos. O guia elaborado a partir dessa pesquisa não abrange todos os fundos e coleções de um determinado arquivo, mas uma seleção de acervos e fontes que dizem respeito à história das duas primeiras escolas de São Sebastião. Essa seleção se deu em função do problema de pesquisa. Essa é uma distinção que marca uma configuração mais histórica do que arquivística do guia apresentado. A documentação localizada nos acervos escolares das duas primeiras escolas de São Sebastião revelou-se com lacunas, apresentando obstáculos para uma reconstituição de suas histórias. Sendo assim, os documentos localizados em outras instituições não escolares indicaram a existência de fontes indiretas importantes para a reconstituição de uma história dessas duas primeiras escolas de São Sebastião.

Para Barletta (2005, p. 105), “enquanto o arquivo trata documentos acumulados naturalmente, segundo as atividades e funções de uma instituição, o museu abrigará coleções criadas artificialmente, sendo elas produtos da cultura material humana ou da natureza”. Esse é o princípio da organicidade que rege a organização dos arquivos. Embora os documentos localizados e selecionados em diversos acervos não tenham sido classificados e organizados de acordo com as técnicas arquivísticas, o guia pretende assegurar alguns princípios da organização arquivística, como o da organicidade, citado acima, e o da proveniência, no processo de descrição das fontes e acervos. De acordo com Bellotto (2006), o princípio da

proveniência fixa a identidade do documento relativamente a seus produtos, determinando que “os arquivos devem ser organizados obedecendo à competência e às atividades da instituição ou pessoa ou pessoa legitimamente responsável por sua produção, acumulação ou guarda documental.” (BELLOTTO, 2006, p. 88-90) Registra-se, portanto, no guia apresentado, a história da instituição e o processo pelo qual o acervo foi formado. (LOPEZ, 2002)

3.1.3 Modelos de guias

Lopez (2002) expõe a formulação de diretrizes para a criação de uma norma mundial de descrição arquivística, elaborada pela *General International Standard Description*, a Isad (G), disponibilizada pelo Conselho Internacional de Arquivos em 2000. Para o autor, “a norma Isad (G) propõe padronizar a descrição arquivística a partir de uma estruturação multi nível, isto é, do geral ao particular, inserindo cada item da descrição na estrutura geral do fundo de arquivo, em uma relação hierárquica”. (LOPEZ, 2002, p. 14) O conceito de fundo refere-se ao princípio da proveniência, o que pressupõe uma ligação direta entre as atividades de descrição e de classificação.

A norma, segundo Lopez (2002), propõe campos específicos, hierarquizados em cinco tópicos: identificação (o que está sendo descrito, o nível hierárquico que ocupa, volume, datas, códigos e títulos), contexto (dados básicos do produtor dos documentos e o histórico do seu percurso até o ingresso no arquivo), conteúdo e estrutura (resumo das principais características dos documentos: potencialidades de pesquisa, forma de organização, representatividade do conjunto), acesso e utilização (aspectos práticos da consulta documental) e documentação associada (eventuais cópias e reproduções e relação com os demais documentos relacionados no próprio acervo ou em outros arquivos).

Lopez (2002) ressalta que a maior preocupação da Isad (G) é satisfazer as demandas da consulta, o que ignora a teoria arquivística das três idades, distinguindo-se a administração e a história. Considera que seja melhor encará-la como uma diretriz do que uma norma, sendo uma primeira referência fundamental para qualquer atividade de descrição. Para o autor (2002), o guia permite um mapeamento panorâmico do acervo, devendo constar todos os dados necessários para orientar os consultentes, desde as informações práticas até as informações específicas sobre o acervo. Deve ainda conter pequena introdução com o

histórico da instituição e o processo pelo qual o acervo foi formado. Para o autor (2002), tecnicamente o guia se divide em duas partes: dados gerais da instituição, com as condições de consulta, e descrição sumária dos fundos e coleções.

Bellotto (2006) refere-se aos fundos de um só arquivo, não a um guia de vários arquivos, nem a um guia de fontes. O seu trabalho pretende normalizar a edição de um guia de fontes de um arquivo e suas formas de divulgação. A autora (2006) enumera cinco vertentes de dados que devem ser abrangidas pelo guia: ao arquivo no sentido tópico, ao arquivo como instituição integrante de um todo administrativo, aos fundos, aos serviços paralelos prestados pelo arquivo e ao conjunto das fontes contidas em seu acervo como potencial de informação histórica e a relação dos instrumentos de pesquisa. Após apresentar duas sistemáticas para a elaboração de guias de arquivos públicos, o modelo do Conselho Internacional de Arquivos e as regras francesas de elaboração de guias de arquivos, a autora (2006) destaca três itens fundamentais em uma estrutura ideal: uma introdução com as informações sobre o arquivo como instituição (identificação do arquivo e seu funcionamento, pequeno histórico da instituição e de seus fundos e divisão interna do arquivo), os dados relativos aos fundos (breve descrição de cada fundo, a condição dos documentos, os instrumentos de pesquisa parciais, a indicação de documentação semelhante e a indicação de documentos pertencentes a outros arquivos que estejam à disposição para leitura, na forma reproduzida) e os serviços que o arquivo presta (biblioteca auxiliar, laboratório de microfilmagem ou outras formas de reprodução, assistência educativa e promoções de exposições).

Considerando esses dois autores, há uma semelhança nas suas proposições ao se definir pelo menos duas partes para a composição do guia. Uma primeira parte introdutória, contendo informações sobre o arquivo como instituição: identificação do arquivo e seu funcionamento, histórico da instituição e o processo pelo qual o acervo foi formado e as condições gerais de consulta, indicando a existência de algum instrumento de pesquisa. Uma segunda parte, com uma descrição sumária dos fundos e coleções, com campos específicos hierarquizados em tópicos.

Bellotto (2006) propõe apresentar a divisão interna do arquivo, na primeira parte, e uma terceira parte: os serviços que o arquivo presta. Para o propósito desse guia, se considera esses itens propostos dispensáveis, porque estão voltados mais para a organização administrativa interna dos arquivos, não representando um interesse significativo imediato para o pesquisador que vier a utilizar o guia a ser apresentado.

Em relação à descrição dos fundos e coleções, há uma semelhança também entre esses dois autores: identificação; contexto / breve descrição do fundo; conteúdo e estrutura, acesso e

utilização / instrumentos de pesquisa parciais; documentação associada / indicação de documentação semelhante e de documentos pertencentes a outros arquivos. Em relação ao acesso e utilização proposto por Lopez (2002), há informações técnicas desnecessárias para a composição desse guia, considerando a efemeridade dessa informação, a qual poderá ser obtida pelo pesquisador quando for necessária a busca por determinado documento de seu interesse.

Bellotto (2006) propõe, ainda, apresentar a condição dos documentos. Essa é uma informação relevante ao pesquisador, no sentido de se compreender a situação geral em que os documentos se encontram nos diversos acervos pesquisados, bem como antecipar o estado de conservação de alguma documentação específica que lhe interessar.

Apresentam-se, a seguir, três guias de diferentes instituições arquivísticas, podendo-se observar as semelhanças que guardam em relação às proposições de Bellotto (2006) e Lopez (2002).

O Arquivo Público do Distrito Federal editou em 2018 um Guia de Fundos que, em sua apresentação, afirma este ter sido elaborado em forma tradicional. O Guia de Fundos (2018) informa que havia um projeto piloto, o AtoM-ArPDF, contendo a descrição multinível, que seria o ambiente determinado para descrição e difusão remota do acervo, via *World Wide Web* (*www*). O guia contém três capítulos: 1) histórico da instituição, na condição de entidade custodiadora, 2) descrição dos fundos públicos e 3) descrição dos fundos privados. Adotando as orientações do Conselho Nacional de Arquivos e normas por ele editadas, a descrição de cada fundo é distribuída pelas seguintes áreas, de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE): identificação (Código de referência, Título, Datas, Nível de descrição, Dimensão e suporte), contextualização (Nome do produtor, História administrativa/biografia, História arquivística, Natureza jurídica, Procedência), conteúdo e estrutura (Âmbito e conteúdo, Avaliação, eliminação e temporalidade, Incorporações, Sistema de arranjo), condições de acesso e uso (Condições de acesso, Condições de reprodução, Idioma, Características físicas e requisitos técnicos, Instrumentos de pesquisa), fontes relacionadas (Existência e localização dos originais, Existência e localização de cópias, Unidades de descrição relacionadas, Nota sobre publicação) e notas (Notas gerais). Informa-se nesse guia (ArPDF, 2018) que um diferencial nessa versão foi o item relativo à história administrativa/biografia dos produtores dos fundos, constando na área de contextualização. Foi realizada uma pesquisa sobre os órgãos administrativos do Governo do Distrito Federal, a partir da construção de Brasília. Comunica-se nesse guia (ArPDF, 2018) ao pesquisador que a pesquisa realizada pelo próprio arquivo evidenciou elementos para a compreensão da

formação dos acervos, possibilidades de interseções entre fundos do ArPDF ou de outras instituições e a percepção de lacunas documentais, o que constitui oportunidades para outros caminhos na investigação.

O Arquivo Público Mineiro (APM) possui um guia de fundos e coleções, cuja descrição de cada fundo ou coleção se baseia na Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD). (APM, 2020) A ficha descritiva do fundo ou coleção informa: origem, código, datas-limite, nome do produtor, histórico/biografia, conteúdo, sistema de arranjo, instrumentos de pesquisa, condições de acesso, dimensão/suporte, legislação básica, consultar também e notas.

O Centro de Documentação e Memória (CEDUC) da Faculdade de Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília possui um acervo de livros, periódicos, dissertações e teses. (CEDUC, 2020) Há catálogos de teses, dissertações, monografias, periódicos e teses e dissertações de outros estados. O seu guia de fundos e inventário sumário está dividido por áreas temáticas (modernização e reforma administrativa, planos programas e projetos, relatórios de atividades) e contém os seguintes descritores: origem, código, datas limite, dimensão, história administrativa / história arquivística, instrumentos de pesquisa, conteúdo, critérios de classificação e arranjo.

Considerando que o intuito da pesquisa é o de identificar diversos acervos e fontes, contribuindo para o trabalho de historiadores da educação e de pesquisadores de outras áreas, deve-se privilegiar o histórico da instituição e dos acervos selecionados, bem como o conteúdo desses acervos. Considera-se dispensáveis informações tais como o funcionamento do arquivo e os serviços paralelos por ele prestados. Outras informações que não se fazem necessárias são as de natureza técnica da arquivística, como o código de referência, sistema de arranjo, avaliação, eliminação e temporalidade, condições de reprodução, características físicas e requisitos técnicos e área de fontes relacionadas (existência e localização dos originais, existência e localização de cópias, unidades de descrição relacionadas e nota sobre publicação). Em relação ao item da documentação associada / indicação de documentação semelhante e de documentos pertencentes a outros arquivos, optou-se por não incluí-la, considerando que os seis arquivos ou instituições custodiadoras, com os seus respectivos acervos ou fundos documentais, constituem-se entre si documentações associadas. Incluiu-se, no entanto, um campo de notas, ao final, para se inscrever alguma informação relevante em relação ao acervo ou fundo documental descrito.

Propõe-se, dessa forma, os seguintes campos de informação com os respectivos itens a serem considerados:

PRIMEIRA PARTE

IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO OU A INSTITUIÇÃO CUSTODIADORA / PRODUTORA
LOCALIZAÇÃO
Endereço completo e telefone.
Endereço eletrônico.
Web site.
Situação na estrutura administrativa
HISTÓRICO
História administrativa.
ACESSO AOS DOCUMENTOS / INSTRUMENTOS DE PESQUISA
Localização do acervo, condições e restrições à consulta / aspectos práticos da consulta documental.
Existência ou não de algum tipo de instrumento de pesquisa do arquivo ou da instituição custodiadora / produtora.

SEGUNDA PARTE

IDENTIFICAÇÃO DO ACERVO / CONJUNTO DOCUMENTAL
HISTÓRICO
Quando o acervo ou conjunto documental for custodiado por outra instituição arquivística: história administrativa da instituição produtora do fundo ou conjunto documental e história arquivística do acervo ou conjunto documental.
Quando o acervo ou conjunto documental é da própria instituição custodiadora, apresentar somente a história arquivística, considerando que a história administrativa já está na primeira parte.
História arquivística: produtores, procedência e processo pelo qual o acervo foi formado. Forma geral de armazenamento.
PERFIL DO ACERVO OU DO CONJUNTO DOCUMENTAL
Caracterização sumária do perfil do acervo ou do conjunto documental, indicando os objetivos da guarda do acervo ou conjunto documental e a importância de seus

documentos.
Potencialidades de pesquisa.
Resumo das principais características dos documentos: suporte, data limite e dimensão (quantidade aproximada de documentos).
TIPOS DOCUMENTAIS MAIS FREQÜENTES
Conteúdo
CONDIÇÕES FÍSICAS GERAIS / CONSERVAÇÃO
Características do espaço físico, estrutura de armazenamento e guarda, com a forma de acondicionamento dos documentos, acesso físico ao local e as condições de conservação dos documentos.
INSTRUMENTOS DE PESQUISA
Existência ou não de algum tipo de instrumento de pesquisa do acervo ou do conjunto documental.
NOTAS
Alguma outra informação relevante sobre o acervo ou conjunto documental.

3.2 Guia de fontes e acervos para uma história das duas primeiras escolas de São Sebastião

ESCOLA CLASSE CERÂMICA DA BENÇÃO

Endereço: Rua da Gameleira, 331, Centro, São Sebastião / DF. CEP: 71.690-000

Telefone: (61) 3901-7704

Endereço eletrônico: ec.ceramicadabencao@edu.se.df.gov.br

Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Governo do Distrito Federal

HISTÓRICO

A Escola Classe Cerâmica da Benção foi construída pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), de forma provisória (DISTRITO FEDERAL, 2001), para atender aos filhos dos trabalhadores de olarias e cerâmicas instaladas na Fazenda Papuda, desapropriada para a construção de Brasília. Entrou em funcionamento em 08 de maio de 1959, antes da inauguração de Brasília, de acordo com uma planilha das escolas mantidas pela NOVACAP, produzida em 17/10/1959 (Museu da Educação do Distrito Federal, documentos textuais, 1959). Ainda de acordo com essa planilha, a professora da então chamada Escola da Cerâmica Benção era Lúcia da Conceição Guaraciaba Calvoso e a escola atendia 51 alunos, com idade entre 7 e 13 anos, sendo que 43 da 1^a série e 8 da 3^a série. A Cerâmica da Benção era uma das 10 cerâmicas que se instalaram às margens do Córrego Mata Grande, na Fazenda Papuda, que havia sido em desapropriada para a construção de Brasília.

A escola passou a integrar a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), no momento da sua instituição, em 17 de junho de 1960. Era uma escola rural que integrava a Coordenação de Ensino Elementar da FEDF, em 17 de março de 1961. (DISTRITO FEDERAL, 1981) O ato de criação da então Escola Rural Cerâmica da Benção se deu através do Decreto “N” nº 481, de 14 de janeiro de 1966, do Governo do Distrito Federal. (PIRES, 1978) A partir dessa data, deixou de pertencer à FEDF e passou a integrar a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, que havia sido criada em 1964. (ArPDF, 2018) Em 14 de março de 1971, através do Decreto nº 1.627 (PIRES, 1978), voltou a pertencer à FEDF, até a extinção da FEDF, em 21 de janeiro de 1999. Desde então a escola está vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Passou a denominar-se Escola Classe Cerâmica da Benção a partir da Resolução nº 95, de 21 de outubro de 1976. Em 1978, estava vinculada ao Complexo Escolar “C” do Gama, em 1979, ao Complexo de Educação Rural do DF (CREDER) e, em 1980, ao Complexo Escolar “A” do Núcleo Bandeirante. A escola foi reconhecida através da Portaria nº 17, de 07 de julho de 1980, da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Distrito Federal. Desde o ano de 2000, a escola pertence à Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião.

ACESSO AOS DOCUMENTOS / INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O acesso ao acervo dever ser solicitado diretamente à equipe gestora da escola.

O acervo histórico localiza-se na área central da escola, em frente da secretaria e da sala da direção.

Não há instrumento de pesquisa.

ACERVO DA ESCOLA CLASSE CERÂMICA DA BENÇÃO

HISTÓRICO

Os documentos foram produzidos, predominantemente, pelos professores da escola, pela secretaria escolar e pela equipe gestora da escola. Há alguns poucos documentos produzidos pelos órgãos intermediários e centrais da administração da Secretaria de Educação do Distrito Federal e do Ministério da Educação, com a participação da equipe gestora da escola. Esses documentos foram ao longo do tempo sendo armazenados e acumulados intuitivamente em caixas-arquivos e pacotes, de acordo com o seu tipo e período. Não há uma classificação arquivística dos documentos, eles foram distribuídos segundo os tipos documentais.

PERFIL

A transferência da documentação escolar, que não é de uso corrente, para um cômodo separado da secretaria escolar e da assistência escolar, se dá em função do seu uso eventual. Esses documentos têm um valor de prova de direito das pessoas e da instituição. Outros documentos gerais provavelmente permaneceram guardados em função da data em que foram produzidos, conferindo-lhes um valor histórico.

Do ponto de vista histórico cultural, os documentos guardados identificam

pessoas que participaram do cotidiano escolar, práticas administrativas e pedagógicas, conteúdos que estavam sendo ensinados e metodologias que estavam sendo utilizadas.

A documentação é textual e compreende o período de 1974-2015. Há nesse acervo alguns poucos documentos de 1974, sendo a maior parte referente ao período posterior a 1980 até o ano de 2015. Constatase, assim, uma ausência de documentação na escola referente aos primeiros 15 anos de funcionamento.

Não foi mensurada a massa documental guardada em três estantes de aço, com 18 prateleiras (aproximadamente 18 mt lineares), e em dois armários arquivos, com aproximadamente 1,5 mt de altura cada.

TIPOS DOCUMENTAIS MAIS FREQÜENTES

A maioria da documentação é composta de diários de classe dos professores. Compreendendo o período de 1980 a 1996, o acervo guarda cerca de 30 caixas-arquivos contendo diários de classe dos professores. No período de 1980 a 1984, há 27 diários de classe acondicionados em uma caixa-arquivo. Há mais 29 caixas-arquivos guardando diários de classe, no período de 1985 a 1996. Entre 1985 a 1988, há uma caixa-arquivo pra cada ano. Há duas caixas-arquivos relativas ao ano de 1991, três caixas-arquivos para cada ano a seguir: 1989, 1990, 1993, 1994 e 1996, quatro caixas-arquivos do ano de 1994 e 5 caixas-arquivos do ano de 1995.

Há documentos sobre os alunos como fichas individuais, históricos escolares e declarações provisórias de matrícula. Há apenas uma avaliação de aprendizagem de um aluno.

Há quadros com quantitativo de desempenho escolar, mapas com o total de alunos por turmas, levantamento de movimentação de alunos por etapa e série (matrícula inicial e final, transferências, desistências, aprovados e reprovados).

Quanto à administração escolar, há ofícios-circulares, planos de ação, mapas de merendas, registro de compras internas e correspondências expedidas. Em relação à gestão de pessoal, há a relação do pessoal existente na escola, em termos quantitativos e com o nome de professores e serventes.

Há livros atas com registros de transferências e regularização da vida escolar de alunos, de matrícula e de promoção mediante prova de capacitação.

Há ainda formulários do censo escolar (MEC).

CONDIÇÕES FÍSICAS GERAIS DO ACERVO

O acervo fica guardado em um cômodo de aproximadamente 7 m², com dois basculantes superiores, com 4 entradas de ar, sendo que os mesmos permanecem fechados. Em novembro de 2018, o local era designado de “depósito de limpeza” e os documentos encontravam-se misturados com materiais de papelaria, materiais esportivos, caixas de madeira, cesto, bacia de plástico, isopores, faixas, banners etc. Em novembro de 2019, esse material que não era de arquivo já havia sido retirado, o que permitiu uma melhor disposição para os documentos do acervo, facilitando o acesso e consulta aos mesmos.

Os documentos estão acondicionados em caixas-arquivos e alguns pacotes com documentos, guardados em três estantes de aço. Há ainda dois armários arquivos, um de aço e outro de madeira. Nas caixas-arquivos que guardam os diários de classe, há uma ordenação cronológica dos mesmos. Em outras caixas-arquivos, há a identificação do tipo de documento e o período.

O estado de conservação do acervo é ruim e preocupante, empoeirados e com possível presença de microorganismos danosos à saúde.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Não há.

NOTAS

Não há.

CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL CERÂMICA SÃO PAULO

Endereço: Rua 01, Número 101, Setor Tradicional, São Sebastião /DF.

CEP: 71.691-101

Telefone: (61) 3901-7702

Endereço eletrônico: cfsaopaulo@edu.se.df.gov.br

Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião
Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
Governo do Distrito Federal

HISTÓRICO

O Centro de Ensino Fundamental Cerâmica São Paulo foi construído em 1964 e começou a funcionar em março de 1965. (DISTRITO FEDERAL, 1985) A designação Cerâmica São Paulo é devido à sua localização nessa cerâmica, situada na Fazenda Papuda. Essa fazenda foi desapropriada no período da construção de Brasília para a instalação de cerâmicas e olarias. A Cerâmica São Paulo era uma das 10 cerâmicas que se instalaram às margens do Córrego Mata Grande.

A primeira professora designada responsável pela escola foi Veneranda Borges Vieira. (DISTRITO FEDERAL, 1985, p. 299) No livro ata de “Controle de frequência dos professores 1971 a 1974”, há o registro, no mês de fevereiro de 1971, do professor Antônio Pereira do Nascimento e da servente Maria Terezinha Caixeta. A escola, considerada de classe única, possuía apenas um professor até setembro de 1971. A partir de então, identifica-se em documento localizado no acervo escolar a presença simultânea de duas professoras.

A então Escola Rural Cerâmica São Paulo, pertencente à Fundação Educacional do Distrito Federal, teve como seu ato de criação o Decreto “N” nº 481, de 14 de janeiro de 1966, do Governo do Distrito Federal. (PIRES, 1978) A partir dessa data, deixou de pertencer à FEDF e passou a integrar a Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, que havia sido criada em 1964. (ArPDF, 2018) Em 14 de março de 1971, através do Decreto nº 1.627 (PIRES, 1978), voltou a pertencer à FEDF, até a extinção da FEDF, em 21 de janeiro de 1999. Desde então a escola está vinculada à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

Passou a denominar-se Escola Classe Cerâmica São Paulo a partir da Resolução nº 95, de 21 de outubro de 1976. A partir da Resolução nº 1360 do Conselho Diretor da

FEDF, de 28 de fevereiro de 1985, se transformou em um Centro de Ensino de 1º Grau.

Em 1978, estava vinculada ao Complexo Escolar “C” do Gama; em 1979, ao Complexo de Educação Rural do DF (CREDER) e, em 1980, ao Complexo Escolar “A” do Núcleo Bandeirante. A escola foi reconhecida através da Portaria nº 17, de 07 de julho de 1980, da Secretaria de Educação e Cultura do Governo do Distrito Federal. Desde o ano de 2000, a escola pertence à Coordenação Regional de Ensino de São Sebastião.

De acordo com a Proposta Pedagógica da Escola, a escola, inicialmente, contava com poucas salas de aula, uma pequena cantina, uma sala de professores, uma secretaria, alguns banheiros, uma quadra de esportes e nenhum muro. Em 1992, foi construído mais um prédio, com 10 salas de aula e dois banheiros para os alunos. O primeiro prédio foi demolido e em seu lugar foi construído um segundo bloco de salas de salas, com cantina, mais três salas de aula, uma biblioteca, uma sala de artes, uma sala de professores, banheiros, sala de Educação Física, caixa d’água e a quadra de esportes foi reformada.

ACESSO AOS DOCUMENTOS / INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O acesso ao acervo dever ser solicitado diretamente à equipe gestora da escola.

O acervo histórico está distribuído em dois cômodos da escola. Localiza-se à direita de quem entra pelo portão principal da escola, após se atravessar um pequeno corredor.

Não há instrumento de pesquisa.

ACERVO DO CENTRO DE ENSINO FUNDAMENTAL CERÂMICA SÃO PAULO

HISTÓRICO

Os documentos foram produzidos, predominantemente, pelos professores da escola, pela secretaria escolar e pela equipe gestora da escola. Há alguns poucos documentos produzidos pelos órgãos intermediários e centrais da administração da Secretaria de Educação do Distrito Federal e do Ministério da Educação, com a participação da equipe gestora da escola. Esses documentos foram ao longo do tempo sendo armazenados e acumulados intuitivamente em caixas-arquivos e pacotes, de acordo com o seu tipo e período.

PERFIL

A transferência da documentação escolar, que não é de uso corrente, para dois cômodos separados da secretaria escolar e da assistência escolar, se dá em função do seu uso eventual. Esses documentos têm um valor de prova de direito das pessoas e da instituição. Outros documentos gerais provavelmente permaneceram guardados em função da data em que foram produzidos, conferindo-lhes um valor histórico.

Do ponto de vista histórico cultural, os documentos guardados identificam pessoas que participaram do cotidiano escolar, práticas administrativas e pedagógicas, conteúdos que estavam sendo ensinados e metodologias que estavam sendo utilizadas. Uma diversidade documental que pode oferecer pistas valiosas para que os historiadores da educação ou de outras áreas do conhecimento que queiram utilizá-los como fonte para suas pesquisas.

A documentação é textual e compreende o período de 1971-2018. A maior parte dos documentos é de diários de classe, referente ao período de 1981 até o ano de 2004. Constatou-se, assim, uma ausência de diários de classe de 1965 a 1980, o que compreende um período de 15 anos de funcionamento da escola.

Não foi mensurada a massa documental guardada em 87 caixas-arquivos, em um cômodo, e cerca de 50 caixas-arquivos em outro cômodo.

TIPOS DOCUMENTAIS MAIS FREQÜENTES

Compreendendo o período de 1981 a 1996, o acervo guarda cerca de 36 caixas-arquivos contendo diários de classe dos professores. Estima-se que há cerca de 630 diários no período de 1981 a 1996, sendo que há apenas um diário de 1981, quatro, de

1982 e quatro, de 1983. Entretanto, foram localizados 31 diários referentes a 1984.

Há sete livros atas:

- “Controle de frequência dos professores 1971 a 1974”
- “Registro de termo de exercício de professores 1972 a 199- .” Nesse livro ata, informa-se os dados da professora, sua escolaridade, sua formação e sua experiência de magistério. Embora o título do livro ata refere-se ao registro de professores, há também a apresentação e registro de serventes, secretários, encarregada, auxiliar operacional para serviços diversos, agentes de conservação e limpeza, apoio, bibliotecário, vigias e técnico de assistência à educação (agente administrativo), além dos diretores e responsáveis pela escola.

- “Ocorrências de vigias – 1992 a 1994”
- “Ocorrências de alunos 1995”, este em branco
- “Almoxarifado”, suas folhas foram arrancadas, não tendo nada escrito nas que restaram.
- “Eleições”, registra-se, a partir de 29/11/1995 até 30/04/1999, a realização de cinco assembleias.
- “Conselho Escolar”, relata-se 20 reuniões realizadas entre os dias 19/12/1996 a 17/12/1998, para tratar de assuntos diversos.

Uma caixa-arquivo com fotos.

Um pacote com fichas de patrimônio.

Um pacote de fichas individuais, denominado de Patrimônio da escola, que tem, por exemplo, guias de recolhimento de bens móveis.

Um conjunto de fichas arquivadas, referente a 1990 e 1991, que registravam: movimentação e rendimentos dos alunos, carência de professores, demonstrativos de recursos humanos, relação de professores em gozo de licença, acompanhamento e controle de matrículas, acompanhamento e controle do rendimento escolar, rede física, previsão de matrículas e um quadro demonstrativo de educação física: frequência/condições físicas.

CONDIÇÕES FÍSICAS GERAIS DO ACERVO

O acervo está distribuído em dois cômodos, um é utilizado como depósito e no outro funciona o Serviço de Orientação Educacional (SOE).

O “Depósito” mede 15 mt², sem ventilação, há uma janela lateral que permanece fechada, tornando o ambiente quente. Evidencia-se a desorganização do espaço, onde materiais de diversa natureza se encontram, havendo inclusive dificuldade de locomoção e acesso aos documentos. No seu interior, há diversas prateleiras de madeira com caixas-arquivos de documentos que se misturam, nas prateleiras ou no chão, com aparelhos de informática e eletrônicos, caixas de toners e de resmas de papel, material elétrico, material de limpeza, material de papelaria, equipamentos de higiene, como toucas descartáveis e papéis higiênicos, toalhas de mesa, copos descartáveis, aparelho do jogo de bingo, brindes de festas juninas, vários binóculos em caixas e material esportivo. Há também um armário de aço grande com diversos materiais de papelaria.

No cômodo do Serviço de Orientação Educacional (SOE), encontram-se os diários de classe dos professores (FOTOGRAFIA 34). Essa sala é um pouco mais organizada, considerando que é o local de trabalho da orientadora da escola. Há uma janela na lateral da sala, não se sabe se aberta ocasionalmente. A sala, entretanto, é mais arejada do que o Depósito, tendo um ventilador fixado na parede. O acesso aos documentos é mais facilitado.

Os dois cômodos que guardam o acervo dividem o espaço com funções diversas, seja para o atendimento de alunos, pais e professores (Serviço de Orientação educacional), seja para se buscar material por professores, secretaria, direção, conservação e limpeza (Depósito). Esse acesso pode vir a prejudicar a guarda de documentos históricos, que devem ter um acesso mais reservado e controlado, evitando o risco de se extraviarem.

As condições de conservação dos diários são ruins, devendo haver uma atenção quanto à sua preservação.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Não há.

NOTAS

Não há.

ARQUIVO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL

Endereço: Setor de Garagens Oficiais Norte (SGO), Quadra 05, Lote 23, Asa Norte, Brasília / DF. CEP: 70.610-650

Telefones: (61) 3361.1454; (61)3361.7739; (61) 3361-7739

Endereço eletrônico:

E-mail institucional: arquivopublico@arquivopublico.df.gov.br

E-mail da Gerência de Atendimento ao Pùblico: arpdfatendimento@gmail.com

Web site: <http://www.arpdf.df.gov.br/>

Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais

Governo do Distrito Federal

HISTÓRICO

O Departamento de Patrimônio Histórico e Artístico formulou uma primeira proposta para a criação do Arquivo Público do Distrito Federal à Secretaria de Cultural do Governo do Distrito Federal em 1971. A partir de então, a Secretaria de Administração tomou diversas iniciativas no sentido de resguardar a guarda de documentos históricos. (CARVALHÊDO, 2003)

Em 1983, o Governo do Distrito Federal se responsabilizou pela proteção do acervo documental histórico da NOVACAP, a título de preservação do patrimônio e criou o Grupo de Trabalho para “estudar, sugerir, propor e adotar medidas para a implantação do Arquivo Público do Distrito Federal”. (ArPDF, 2018, p. 11-12).

O Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF) foi criado em 14 de março de 1985, vinculado à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal, com a finalidade de “recolher, preservar e garantir proteção especial a documentos arquivísticos de valor permanente, produzidos e acumulados pela Administração Direta, Indireta e Fundações do Distrito Federal.” (CARVALHÊDO, 2003, p. 73) O primeiro e mais importante recolhimento do acervo da NOVACAP, que estava sob a proteção especial do Governo do Distrito Federal,

se deu em 28 de abril de 1987. (ArPDF, 2018)

Em 1988, através da política arquivística no Distrito Federal, o Arquivo Público do Distrito Federal posicionava-se como um órgão técnico do então criado Sistema de Arquivos do Distrito Federal. Com a Lei nº 2.545, de 25 de abril de 2000, o Arquivo Público do Distrito Federal assumiu a função de órgão central do Sistema de Arquivos, responsabilizando-se pela orientação da gestão de documentos dos órgãos e entidades governamentais, através das Comissões Setoriais de Avaliação de Documentos. (ArPDF, 2018)

O acervo do Arquivo Público do Distrito Federal é formado por 44 fundos provenientes de 21 órgãos públicos e 23 pessoas físicas ou entidades privadas. São documentos públicos, relativos à construção de Brasília e à administração do Distrito Federal, e privados, “cujos produtores estabeleceram uma íntima relação com a cidade, gerando registros importantes pra o conhecimento da história de Brasília e do Distrito Federal”. (ArPDF, 2018, p. 14) A sua documentação “retrata a história da Capital Federal, desde o período da interiorização, previsto na Constituição de 1892, passando pela construção, inauguração, chegando aos dias atuais. O acervo apresenta documentos textuais, audiovisuais, cartográficos, entre outros formatos”. (Web Site do ArPDF)

De acordo com o seu regimento (Decreto nº 38.725, de 20/12/2017), o Arquivo Público do Distrito Federal, vinculado à Secretaria de Estado da Casa Civil, Relações Institucionais e Sociais do Distrito Federal, “tem por finalidade garantir pleno acesso aos documentos sob a sua guarda, apoiar o cidadão na defesa de direitos e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural”. (ArPDF, 2018, p. 12)

ACESSO AOS DOCUMENTOS / INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O acesso ao acervo é de responsabilidade da Gerência de Atendimento ao Pùblico, da Diretoria de Pesquisa, Difusão e Acesso, subordinada à Coordenação de Arquivo Permanente.

O Arquivo Público do Distrito Federal atende presencialmente ou à distância, havendo um controle por meio de formulários para a agilização do atendimento e produção de relatórios estatísticos de estudo do usuário.

Foi publicado um manual denominado “Orientações para acesso ao acervo arquivístico”, o qual está disponível em: <http://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/12/ArPDF__ORIENTACOES_PARA_ACESSO_AO_ACERVO.pdf>

Instrumento de Pesquisa: Guia de Fundos, 2018.

FUNDO FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO DISTRITO FEDERAL

HISTÓRICO

A Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) foi instituída pelo governo federal em 17 de junho de 1960 (Decreto nº 48.297/60), “com a finalidade de prestar assistência educacional à população da capital da República, nos níveis elementar e médio”. (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. XVI) Esse decreto extinguiu a Comissão de Administração do Sistema de Ensino de Brasília (CASEB) e autorizou o Ministério da Educação e Cultura a cooperar na organização, manutenção e administração da Fundação que viria a ser instituída pela Prefeitura do Distrito Federal. Ainda, esse decreto “previu a transferência de pessoal, patrimônio e recursos utilizados até aquele momento na prestação de serviços educacionais já instalados em Brasília pra a FEDF”. (ArPDF, 2018, p. 56) Cibia à FEDF criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino elementar primário, de acordo com os seus estatutos publicados em 28 de junho de 1960. (ArPDF, 2018)

Em 28 de março de 1961 (Decreto nº 43), a FEDF passou a vincular-se à Superintendência Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal. Em 10 de dezembro de 1964 (Lei nº 4.545), passou a se subordinar à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal (SEC) (ArPDF, 2018) , quando coube à SEC organizar o sistema de ensino do Distrito Federal. Com o Decreto nº 422, de 16 de junho de 1965, que definiu a estrutura e competência da SEC, não cabia mais à FEDF a prestação direta dos serviços públicos educacionais. O Decreto “N” nº 481, de 14/01/66, que aprovou o novo Regimento da Secretaria de Educação e Cultura, determinou que “todos os bens imóveis destinados à execução do ensino, assim como as estruturas administrativas e o pessoal envolvido com a prestação de serviços educacionais, fossem transferidos da FEDF para a Secretaria de Educação e Cultura”. (ArPDF, 2018, p. 58) Esse decreto ainda foi considerado como o de criação de diversas escolas que já

haviam sido criadas sem nenhum ato.

Em 1971(Decreto nº 1.627), a administração das escolas foi transferida para a FEDF (PIRES, 1978) e em 1972 (Decreto nº 1.941), os servidores da SEC foram colocados à disposição da FEDF, que passou a administrar todos os bens móveis, imóveis e semoventes e todo material utilizado pelo Governo do Distrito Federal nos serviços educacionais. (ArPDF, 2018) Com a aprovação do estatuto da FEDF pelo Decreto nº 3.290, de 25 de junho de 1976, ela passa a ser órgão de prestação dos serviços públicos educacionais do Distrito Federal. A FEDF foi extinta em 21 de janeiro de 1999, pela Lei nº 2.294, sendo as suas competências e atribuições transferidas para a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

O Fundo FEDF foi constituído a partir do recolhimento efetuado pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, registrado em Termo de Recolhimento assinado em 18 de dezembro de 2018, através do Processo SEI 00080-00142208/2018-44.

PERFIL

O recolhimento da massa documental respondeu a uma necessidade de sua preservação e conservação, não tendo havido um processo de classificação e avaliação arquivística anterior à constituição do fundo.

Esse recolhimento equivale a 144 caixas-arquivo e 1 volume isolado de documentação textual, correspondendo a 20,1 metros lineares, com datas-limite de 1960 – 2002.

Foi realizado um levantamento de 151 reuniões do Conselho Diretor da FEDF, no período de 1960 – 1966. Considerando que há apenas duas atas de reunião na documentação do Fundo FEDF (FEDF, 1960-1965) que fazem referência nominal a três escolas que provavelmente são rurais, procurou-se levantar e selecionar, nas atas das reuniões do Conselho Diretor da FEDF, de 1960 a 1965, o que havia sido debatido e aprovado pela FEDF em relação às escolas primárias das cidades satélites e da zona rural, em termos gerais. Nos anos de 1960 e 1961, em apenas em cinco atas das 51 reuniões do Conselho Diretor da FEDF, há referências às escolas primárias das cidades satélites e da zona rural. (FEDF, 1960-1965)

O pouco que foi identificado revela a existência de uma preocupação quanto à

melhoria da estrutura dessas escolas, ainda que de forma ocasional e pontual. Destaca-se também certa dependência da FEDF quanto à construção escolas, no que diz respeito à agilidade de outras instâncias, como a da NOVACAP e da Prefeitura do Distrito Federal, sendo que esta ainda necessitava da disponibilidade orçamentária do Ministério da Educação e Cultura. A urgência que se manifestava para as escolas do plano piloto e até das cidades satélites não foi manifestada para as escolas rurais.

TIPOS DOCUMENTAIS MAIS FREQÜENTES

Trata-se de documentação textual composta por relatórios, instruções normativas, ordens de serviço, atas do Conselho Fiscal e do Conselho Diretor, pareceres da Procuradoria Jurídica, despachos, correspondências. Há também dois processos administrativos do Ministério da Educação e Cultura sobre a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), criação da Fundação Educacional do Distrito Federal e Centro de Educação Média ou Colégio Elefante Branco. (ArPDF, 2018)

CONDIÇÕES FÍSICAS GERAIS DO ACERVO

Não se acessou o depósito de guarda dos documentos. A pesquisa foi realizada mediante solicitação prévia através de um formulário e a consulta aos documentos se deu nas dependências do atendimento ao público. Não há restrição de acesso aos documentos. A condição de conservação dos documentos pesquisados, atas de reuniões do Conselho Diretor da FEDF, é regular.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O Fundo está identificado, não havendo instrumento de pesquisa.

Há uma listagem dos documentos, constando o tipo de documento e o seu período, conforme a caixa-arquivo em que se encontra.

NOTAS

Não há.

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Endereço: Setor Bancário Norte, Quadra 2, Bloco C – Edifício Phenícia – 10º andar.

Brasília / DF. CEP: 70.040-020

Telefones: (61) 3901.3232; (61) 3901-3151

Endereço eletrônico:

cedf.df@gmail.com

cedf@edu.se.df.gov.br

Web site: <http://cedf.se.df.gov.br/>

Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

Governo do Distrito Federal

HISTÓRICO

O Conselho de Educação do Distrito Federal foi criado pela Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961, sendo seu ato de criação o Decreto nº 171, de 07 de março de 1962. Foi instituído como órgão de deliberação coletiva, normativo e orientador das atividades educacionais do Sistema de Ensino do DF. (DISTRITO FEDERAL, 2001). Competia ao CEDF, dentre outras: fixar normas para a autorização de funcionamento e fiscalização no DF das escolas não mantidas pela União e estabelecer planos para a aplicação dos recursos a que se referia o artigo 169 da Constituição. (PIRES, 1978)

Até o Decreto “N” 481/66, os estabelecimentos oficiais de ensino foram criados por ato da FEDF, sem nenhum pronunciamento do CEDF. Somente a partir de 16/02/70, encontra-se pronunciamento do CEDF sobre a criação e funcionamento de escolas mantidas pelo GDF. (PIRES, 1978) Com a nova estrutura da SEC, estabelecida pelo Decreto nº 1.627, de 14 de março de 1971, a administração das escolas foram transferidas para a FEDF, passaram a ser criadas pela própria FEDF, ouvido o CEDF. (PIRES, 1978)

Com a Lei 5692/71, os conselhos estaduais e do DF perderam a atribuição de planejar, passando a somente aprovar os planos e projetos elaborados pelo órgão competente do Sistema de Ensino. (PIRES, 1978)

No ano de 1975, o Decreto nº 2.894, de 13 de maio de 1975, aprovou o Regimento do Conselho de Educação do Distrito Federal, tendo sido publicado no “Distrito Federal” de 16 de maio de 1975.

Com o Decreto 3574, de 03/01/77, a FEDF passou a solicitar a autorização de funcionamento de suas unidades escolares, que após parecer favorável do CEDF, são autorizadas a funcionar por Portaria do Secretário de Educação. (PIRES, 1978)

ACESSO AOS DOCUMENTOS / INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O acervo/biblioteca situa-se em uma sala nas dependências do CEDF e está organizado em cinco estantes de aço.

Instrumento de Pesquisa: Não há.

BOLETINS DO CONSELHO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

HISTÓRICO

A partir da instituição da Secretaria de Educação e Cultura (Lei nº 4545/64), o Conselho de Educação do Distrito Federal passa a ter nova constituição e competência. Em decorrência dessa lei, o Decreto “N” nº 482, de 28 de julho de 1965, estabelece dentre as competências do CEDF “promover e divulgar estudos sobre a educação no DF e publicar um boletim próprio”. Os atos do CEDF eram publicados antes no Boletim de Serviço da Prefeitura do Distrito Federal. O Boletim nº 1 foi publicado em 1966, contendo as indicações e pareceres do período de 1962 - 1965. (PIRES, 1978) O Boletim nº 2 foi publicado em 1968, contendo a indicações, resoluções e pareceres referentes ao período de 1966 – 1967.

PERFIL

Os boletins do Conselho de Educação do Distrito Federal publicam as normas por ele aprovadas, como indicações, pareceres, resoluções, portarias, ordens de serviço. Os boletins divulgam também a legislação do governo federal e do Distrito Federal referente à educação, os discursos e pronunciamentos de seus membros e relatórios de atividades.

Foi realizado um levantamento das normas aprovadas pelo Conselho de Educação do Distrito Federal no período de 1962 a 1980, totalizando 15 volumes consultados.

TIPOS DOCUMENTAIS MAIS FREQÜENTES

As escolas rurais Cachoeirinha e Jataí foram criadas mediante parecer do CEDF, em 1970. (DISTRITO FEDERAL, 1972) Em 1972, o CEDF (DISTRITO FEDERAL, 1973) opinou pela criação da Escola “Nova Betânia”. Todas as cinco primeiras escolas de São Sebastião foram reconhecidas pela Portaria nº 17/80 da SEC (DISTRITO FEDERAL, 1981), a partir de um parecer do CEDF, que considerou que os estabelecimentos de ensino da rede oficial de ensino deveriam ser considerados e reconhecidos.

Destaca-se no acervo do CEDF, a aprovação das normas preliminares para a organização do Sistema de Ensino do Distrito Federal – da educação de grau primário, através da Indicação nº 5/63 (DISTRITO FEDERAL, 1966) e a Resolução nº 01/74 (DISTRITO FEDERAL, s.d.), que trata dos valores, fins, normas e instituições do sistema de ensino do Distrito Federal, não havendo referências às escolas das cidades satélites e da zona rural.

Foram aprovados pareceres quanto aos Planos de Educação do Distrito Federal, referente a 1976-1979 e 1980-1983, nos anos de 1975, 1978 e 1980 (DISTRITO FEDERAL, 1975a, 1978, 1980).

Considerando as escolas rurais, há pareceres sobre a atribuição de gratificação a professores da zona rural (1963), o currículo das escolas rurais (1972), o Plano Integrado de Desenvolvimento Rural (PLIDER), abrangendo as cidades satélites de

Sobradinho e Planaltina (1978) e o exercício da função de diretor nas escolas rurais (1980). Há dois pareceres que diz respeito ao remanejamento de verbas para a construção de escolas, sendo que um deles sugere a construção de três escolas rurais.

Outros pareceres trataram dos critérios de avaliação do rendimento escolar (1962) e da estratégia de matrícula (1980). Em alguns dos pareceres do CEDF, se expõe dados estatísticos em relação ao setor educação, bem como se interpreta aspectos do sistema de ensino do Distrito Federal. Em outros pareceres, há orientações que incidem sobre a prática pedagógica dos professores ou dizem respeito ao registro da vida escolar dos alunos.

CONDIÇÕES FÍSICAS GERAIS DO ACERVO

Os boletins, distribuídos em duas prateleiras de um armário de aço, estão disponíveis para consulta no local.

Não há restrição de acesso aos documentos. A condição de conservação dos documentos pesquisados é boa.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Cada boletim contém um índice que lista os tipos de normas em ordem numérica, cronologicamente. Em alguns boletins, há também um índice das normas divididas por assunto (índice remissivo). Em outros, há uma listagem de discursos, comunicações, relatórios e legislação.

NOTAS

Os boletins do Conselho de Educação do Distrito Federal também estão disponíveis na Biblioteca Central dos Estudantes da Universidade de Brasília, localizando-se no setor de Referências.

MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinar (CEAM), Prédio Multiuso I, Bloco B, sala BT 36/6. Universidade de Brasília, Asa Norte, Brasília / DF. CEP: 70.910-900
 Telefone: (61) 3107-5909

Endereço eletrônico: museu.educacao.df@gmail.com

Web site: <http://www.museudaeducacao.com.br/>

Universidade de Brasília
 Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal

HISTÓRICO

O Museu da Educação do Distrito Federal surgiu a partir do projeto de pesquisa “Educação Pública no Distrito Federal – 1956/1964: origens de um projeto inovador”, desenvolvido desde 2001 na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a coordenação da Profª Drª Eva Waisros Pereira. (MUDE, 2014)

Todo o acervo dessa pesquisa foi doada ao Museu da Educação pela Universidade de Brasília, constituindo-se de registros de história oral, entrevistas gravadas com professores, gestores e estudantes da primeira fase da educação pública do Distrito Federal, e pesquisa documental realizada em acervos públicos e privados da capital federal. Foram recolhidos documentos textuais, iconográficos e objetos junto a esses acervos e se avançou no trabalho de pesquisa e reflexão sobre os depoimentos gravados. O acervo encontrava-se organizado e sob a guarda do grupo de pesquisa “Educação no Distrito Federal: História e Memória”, em uma sala da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. (MUDE, 2014)

Interessada pela história da implantação da educação pública do Distrito Federal e focando suas pesquisas nos registros de história oral dos protagonistas da educação brasiliense, a equipe desse projeto recuperou mais de 30% de depoimentos gravados

em 1989-1990 pelo Projeto Memória da Educação do Distrito Federal, da Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal. (MUDE, 2014)

Na implantação do Museu, sob a coordenação da Profª Drª Eva Waisros Pereira, foram criados o Comitê Gestor Interinstitucional, o Grupo de Trabalho – constituído por professoras da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – e o Comitê de Assessoramento, formado por especialistas da Universidade de Brasília. (MUDE, 2014)

O grupo de trabalho foi instituído pela Portaria SEDF nº 230, de 28 de agosto de 2013, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, de 29/08/2013, Seção II, página 41. Elaborou-se, então, um Plano Museológico, que tem como objeto guiar as atividades do Museu da Educação do Distrito Federal. O objetivo geral do referido plano é: “preservar e salvaguardar a memória da educação pública do Distrito Federal, desenvolvendo e implementando instrumentos e práticas educativas para sua difusão junto à comunidade do Distrito Federal e outros públicos visitantes”. (MUDE, 2014, p. 11)

ACESSO AOS DOCUMENTOS / INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O Sistema Arquivístico do Museu da Educação do Distrito Federal (SAMUDE) permite o acesso remoto a um banco de dados criado em 2015. Esse acervo digital é construído por 735 fotografias, 46 entrevistas, 1832 documentos textuais, 10 objetos museais e 586 mídias.

O endereço eletrônico é: <http://samudex.museudaeducacao.com.br/>

A busca do documento pode ser feita pelo tipo de documento, por escolas ou personalidades e por palavras textuais. Para cada um desses campos, há ainda, de acordo com o campo, subcampos de pesquisa, como assunto, palavra-chave, ano, ano (grid), lista completa, busca textual etc.

Outras informações podem ser obtidas mediante agendamento de visita junto ao Grupo de Trabalho pelos e-mails portalmude@gmail.com ou museu.educacao.df@gmail.com.

Há os seguintes instrumentos de gestão e pesquisa:

Escolas de acampamento

Escolas pioneiras
 Catálogo de eventos e publicações do Museu da Educação do Distrito Federal
 Inventário de documentos textuais
 Plano de classificação do acervo do Museu da Educação do Distrito Federal
 Instrumento de pesquisa (IP), inventário sumário-MUDE
 Instrumento de gestão (IG), Manual de procedimentos e rotinas do MUDE

ACERVO DO MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL

HISTÓRICO

O acervo foi constituído a partir de uma pesquisa documental, realizada em acervos públicos e privados da capital federal, e pela produção de um acervo de entrevistas orais.

PERFIL

O Museu da Educação do Distrito Federal procura valorizar o seu acervo, buscando:

fortalecer a identidade dos professores e da escola e possibilitar aos brasilienses se reconhecerem no seu passado educativo. [...] A consciência do papel que desempenha no campo da educação pode despertar no professor uma relação renovada com a profissão, promover a sua auto estima e contribuir para o seu reconhecimento social.” (MUDE. Acervo)

O acervo museológico, bibliográfico e pedagógico (200 objetos) foi constituído por meio de doações dos professores, gestores, funcionários e ex-estudantes da rede pública de ensino, entrevistados ao longo de toda a pesquisa sobre a memória da educação pública do Distrito Federal.

Há documentos textuais (14 mt lineares em 100 caixas) relativas ao Plano de Construção Escolar de Brasília, ao histórico das escolas pioneiras, às metodologias adotadas no sistema educacional, documentos pessoais e profissionais de gestores,

professores e estudantes, dossiês de personagens importantes no cenário educacional da cidade.

Há fotografias (2.000 negativos) doadas por pessoas físicas e jurídicas, de pesquisas acadêmicas e de eventos sobre o sistema de Educação do Distrito Federal.

Há aproximadamente 300 depoimentos de professores, gestores e estudantes da educação pública, disponíveis em suportes de áudio e audiovisual. No portal do Museu está acessível uma amostra com resumos e biografias dos entrevistados, além de descritores visuais e temáticos das entrevistas.

Para a pesquisa sobre a história das primeiras escolas de São Sebastião, realizou-se uma seleção de fontes a partir de um levantamento de 660 documentos textuais, no período de 1957 a 1980. Foram identificadas 155 cópias de atas de reuniões da NOVACAP no período de 1957 a 1964. A NOVACAP foi a responsável pela construção e manutenção das primeiras escolas de Brasília até a constituição da Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), em 1959, e a criação da Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF), em 1960.

Há no acervo do Museu da Educação do Distrito Federal, uma planilha original, produzida pela NOVACAP em 17/10/1959, e uma cópia de um relatório da NOVACAP sobre a educação primária em Brasília, de dezembro de 1959, que evidenciam o início do funcionamento da Escola da Cerâmica Benção, e algumas de suas características. Nesse acervo há duas entrevistas, uma com a Professora Maria Lúcia Ismael Nunes Moriconi, que lecionou na Escola da Cerâmica Benção de 1960 a 1962, e outra com Osvaldo Marciano da Silva, aluno que estudou na escola em 1962. Essas entrevistas revelam aspectos do cotidiano escolar da Escola da Cerâmica Benção (MUDE, 1957-1980)

TIPOS DOCUMENTAIS MAIS FREQÜENTES

O acervo do Museu da Educação do Distrito Federal é constituído de documentos históricos, vídeos, fotografias, mobiliário das escolas, materiais didáticos, diplomas, lousas, canetas, cartilhas de alfabetização, livros didáticos, livros infantis, livros de leitura, cadernos, ábaco, jogos pedagógicos, pastas escolares, merendeiras, cartazes, mimeógrafos, projetores, boletins, cadernetas escolares e outros.

Dentre os objetos museais, há medalhas e placas comemorativas, uniformes

escolares, indumentária de professores, flâmulas comemorativas, cadernos de planejamento de professor, quadro, fotografias e instrumentos pessoais como óculos, caneta e objetos de cozinha.

Dentre os documentos textuais, há artigos publicados em periódicos, correspondências, atestados, certificados, contratos, decretos, diplomas, programas e estudos de disciplinas escolares, planejamentos de aula, diário de classe, reportagens, recortes de jornais, relatórios, portarias, pareceres, normas, resoluções, gravuras, recibos, atas, cartões postais, convites, cadernos de séries textuais, editais, publicações de atos oficiais, cadernos, livretos.

Dentre as mídias, há DVDs, mini DVDs, fitas VHS e fitas K-7.

CONDIÇÕES FÍSICAS GERAIS DO ACERVO

A pesquisa foi realizada virtualmente, não havendo, portanto, uma avaliação do espaço físico e de seu acesso, da estrutura de armazenamento e guarda, além das suas condições de conservação.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Há um instrumento de pesquisa das Escolas Pioneiras e um inventário de documentos textuais. O documento sobre as Escolas Pioneiras não apresenta a Escola Classe Cerâmica da Benção dentre elas. Não foi possível acessar o Inventário de documentos textuais através do portal do Museu da Educação do Distrito Federal.

NOTAS

Não há.

BIBLIOTECA CENTRAL - UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro, Gleba A, Asa Norte, Brasília / DF.

CEP: 70.910-900

Telefone: (61) 3107-2680 (Atendimento ao Usuário / Empréstimos)

Endereço eletrônico:

informacoes@bce.unb.br

emprestimos@bce.unb.br

Web site: <https://bce.unb.br/>

Universidade de Brasília

HISTÓRICO

A Biblioteca Central (BCE) é um órgão da Universidade de Brasília (UnB) responsável pelo provimento de informações às suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Atende às demandas dos discentes, docentes e comunidade. Procura manter seu acervo diversificado e modernizar seus serviços, buscando pela excelência no atendimento às necessidades de informações dos usuários.

A lei nº 3.998, de 15 de dezembro de 1961, que autorizou o poder executivo a instituir a Fundação Universidade de Brasília, já previu a criação de uma Biblioteca Central. Com a aprovação do Estatuto da Universidade de Brasília (Decreto nº 1.872, de 12 de dezembro de 1962), a Biblioteca Central é definida como um órgão complementar da UnB. Nesse ano, ocorreu sua primeira instalação, com um acervo bibliográfico de emergência, localizada no 6º andar do edifício do Ministério da Educação e Cultura, no Bloco 1 da Esplanada dos Ministérios. A Universidade de Brasília ocupava dois andares desse edifício. Ainda nesse ano, a BCE foi transferida para a Sala dos Papiros, da Faculdade de Educação, primeiro bloco construído no Campus Universitário. A BCE já contava com uma seção de obras raras. A partir de 1963, houve a compra de diversas coleções particulares, adquirindo-se também

coleções de grande valor, algumas delas integrando as coleções de obras raras e de estudos clássicos. Em 12 de março de 1973, foi inaugurada as novas instalações da BCE em seu prédio definitivo.

O acervo geral da BCE é composto por livros, folhetos, teses e dissertações.

ACESSO AOS DOCUMENTOS / INSTRUMENTOS DE PESQUISA

A consulta ao acervo, no ambiente da BCE, é livre a qualquer usuário. O empréstimo de itens do acervo geral somente é permitido pra pessoas cadastradas: alunos e ex-alunos, docentes e técnicos administrativos (ativos e inativos) e professores e/ou pesquisadores sem vínculo de trabalho com a Fundação Universidade de Brasília (vinculado a algum docente efetivo com cadastro na BCE).

Há uma base de dados nacionais e internacionais, que abrangem as diversas áreas do conhecimento, cujo acesso é disponibilizado pela BCE.

Todo o acervo encontra-se ordenado por assunto de acordo com a Classificação Decimal Universal (CDU). Em 2000, a BCE disponibilizou seu catálogo para acesso na internet.

ATOS NORMATIVOS DA FEDF

HISTÓRICO

A Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) foi instituída pelo governo federal em 17 de junho de 1960 (Decreto nº 48.297/60), “com a finalidade de prestar assistência educacional à população da capital da República, nos níveis elementar e médio”. (DISTRITO FEDERAL, 1981, p. XVI) Esse decreto extinguiu a Comissão de Administração do Sistema de Ensino de Brasília (CASEB) e autorizou o Ministério da Educação e Cultura a cooperar na organização, manutenção e administração da Fundação que viria a ser instituída pela Prefeitura do Distrito Federal. Ainda, esse decreto “previu a transferência de pessoal, patrimônio e recursos utilizados até aquele momento na prestação de serviços educacionais já instalados em Brasília pra a FEDF”.

(ArPDF, 2018, p. 56) Cabia à FEDF criar, instalar e manter estabelecimentos de ensino elementar primário, de acordo com os seus estatutos publicados em 28 de junho de 1960. (ArPDF, 2018)

Em 28 de março de 1961 (Decreto nº 43), a FEDF passou a vincular-se à Superintendência Geral de Educação e Cultura da Prefeitura do Distrito Federal. Em 10 de dezembro de 1964 (Lei nº 4.545), passou a se subordinar à Secretaria de Educação e Cultura do Distrito Federal (SEC) (ArPDF, 2018) , quando coube à SEC organizar o sistema de ensino do Distrito Federal. Com o Decreto nº 422, de 16 de junho de 1965, que definiu a estrutura e competência da SEC, não cabia mais à FEDF a prestação direta dos serviços públicos educacionais. O Decreto “N” nº 481, de 14/01/66, que aprovou o novo Regimento da Secretaria de Educação e Cultura, determinou que “todos os bens imóveis destinados à execução do ensino, assim como as estruturas administrativas e o pessoal envolvido com a prestação de serviços educacionais, fossem transferidos da FEDF para a Secretaria de Educação e Cultura”. (ArPDF, 2018, p. 58) Esse decreto ainda foi considerado como o de criação de diversas escolas que já haviam sido criadas sem nenhum ato.

Em 1971(Decreto nº 1.627), a administração das escolas foi transferida para a FEDF (PIRES, 1978) e em 1972 (Decreto nº 1.941), os servidores da SEC foram colocados à disposição da FEDF, que passou a administrar todos os bens móveis, imóveis e semoventes e todo material utilizado pelo Governo do Distrito Federal nos serviços educacionais. (ArPDF, 2018) Com a aprovação do estatuto da FEDF pelo Decreto nº 3.290, de 25 de junho de 1976, ela passa a ser órgão de prestação dos serviços públicos educacionais do Distrito Federal. A FEDF foi extinta em 21 de janeiro de 1999, pela Lei nº 2.294, sendo as suas competências e atribuições transferidas para a Secretaria de Educação do Distrito Federal.

Os Atos Normativos da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 1981) são uma coletânea dos atos oficiais da FEDF (1960 – 1980), realizado pela Comissão Básica de Pesquisa de Atos Administrativos da FEDF (COBAPA), classificando-os, ementando-os e preparando seu referencial de vigência, sob a coordenação de Mauro Elói de Oliveira. Foi publicado pela Editora Gráfica da FEDF.

PERFIL DO ACERVO OU DO FUNDO DOCUMENTAL

O primeiro volume refere-se a informações e atos considerados históricos. Ainda, há nesse volume as portarias da FEDF (1960-1964) e da SEC (1965 a 1980), bem como as resoluções do Conselho Diretor da FEDF de 1960 até 1973. No segundo volume, há as resoluções do Conselho Diretor de 1974 a 1979. No terceiro volume, há as resoluções do Conselho Diretor (1980), além das Instruções do Presidente (1965 a 1975) e do Diretor Executivo (1976 a 1980). Nessas publicações, os atos considerados de maior relevância foram transcritos em seu inteiro teor.

TIPOS DOCUMENTAIS MAIS FREQUENTES

Foi realizado um levantamento das portarias, resoluções e instruções que dizem respeito às escolas rurais, mais tarde, escolas classes, que existiam na região de São Sebastião no ano de 1980: Escola Rural Cerâmica da Benção, Escola Rural Cerâmica São Paulo, Escola Rural Cachoeirinha, Escola Rural Jataí e Escola Rural Nova Betânia. Foi localizada a instrução de criação da Escola Rural “Nova Betânia”, além das normas de alteração das escolas rurais em escolas classes e suas vinculações a diferentes complexos escolares. Por fim, as escolas de São Sebastião foram reconhecidas em julho de 1980, através da Portaria nº 17 da Secretaria de Educação e Cultura. (DISTRITO FEDERAL, 1981)

Foram selecionadas normas que dispuseram sobre a estrutura administrativa da FEDF, que, de forma indireta, implicaram no funcionamento das escolas rurais. Há também algumas normas que dizem respeito à gestão de pessoal, como os professores e responsáveis das escolas rurais e à configuração legal das escolas, que de forma direta ou indireta dizem respeito às escolas de São Sebastião. (DISTRITO FEDERAL, 1981)

CONDIÇÕES FÍSICAS GERAIS DO ACERVO / CONSERVAÇÃO

Os três volumes foram tomados de empréstimo na Biblioteca Central da Universidade de Brasília. As condições físicas de guarda e conservação são boas.

INSTRUMENTOS DE PESQUISA

No primeiro volume, há um sumário para as informações e atos considerados

históricos. Nesse mesmo volume, há um índice das portarias da FEDF, de 1960 a 1964, e da SEC, de 1965 a 1980, além das resoluções do Conselho Diretor da FEDF, de 1960 a 1973, informando seus números de acordo com o ano de publicação. No final desse volume, há ainda um índice remissivo relativo aos três volumes.

No segundo volume, há um índice das resoluções do Conselho Diretor da FEDF, de 1974 a 1979, informando seus números de acordo com o ano de publicação.

No terceiro volume, há um índice das resoluções do Conselho Diretor da FEDF, de 1980, além das Instruções do Presidente da FEDF, de 1965 a 1975, e do Diretor Executivo da FEDF, de 1976 a 1980, informando seus números de acordo como o ano de publicação.

NOTAS

No acervo bibliográfico da Biblioteca Central também se encontra os Boletins do Conselho de Educação do Distrito Federal, no setor de Referências.